

N.º 012/ D /2022

Data: 04-07-2022

Assunto: Política de Privacidade e Proteção de Dados do IPST,IP.

Para: Diretor Técnico do CST do Porto e Coordenadoras Técnicas dos CST de Lisboa e de Coimbra; Diretores dos Departamentos; Coordenadores Nacionais; Coordenadores dos Gabinetes.

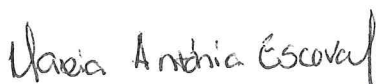
C/c: À Encarregada de Proteção de Dados;
Ao GGQ.

A Política de Privacidade e Proteção de Dados do Instituto Português de Sangue e da Transplantação, I.P. (IPST, IP), é uma das medidas que o IPST, IP desenvolveu no âmbito de um processo contínuo de implementação do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) -, e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (lei de execução do Regulamento (UE) 2016/679), que asseguram a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Consciente da importância da matéria em causa a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados representa o compromisso do IPST,IP em atuar conforme as exigências do RGPD e os princípios da proteção de dados nele consagrados, em especial, a transparência, tendo como objetivo dar a conhecer aos titulares dos dados que se relacionam com o IPST,IP, a forma como os seus dados pessoais são tratados.

Assim, publica-se em anexo à presente Deliberação, a Política de Privacidade e Proteção de Dados do IPST,IP. A presente deliberação será publicitada no sítio da Internet do IPST, IP.

Conselho Diretivo



Dr.ª. Maria Antónia Escoval
Presidente



Dr. Victor Marques
Vogal

Conselho Diretivo

Morada: Av. Miguel Bombarda, n.º 6, 1000-208 Lisboa

T +351 210063063/64

F +351 210063070

@ diripst@ipst.min-saude.pt

www.ipst.pt

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DO
INSTITUTO PORTUGUÊS DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, IP**



Instituto Português do Sangue
e da Transplantação, IP

Manuel Escovar
ht

O Instituto Português de Sangue e da Transplantação, I.P., doravante designado por IPST,IP, preocupa-se com a privacidade e a proteção dos dados pessoais que são recolhidos no âmbito das suas atribuições e obrigações legais.

É nosso compromisso proceder ao tratamento dos seus dados pessoais em conformidade com os princípios da proteção de dados estabelecidos na legislação em vigor, o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) -, e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, lei de execução do Regulamento (UE) 2016/679 em Portugal, que asseguram a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

A adoção da presente Política de Privacidade tem como objetivo dar a conhecer aos titulares dos dados a forma como tratamos os seus dados pessoais.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome: Instituto Português de Sangue e da Transplantação, I.P.

NIPC: 502 423 943

Sede: Avenida Miguel Bombarda, n.º 6, 1000-208 Lisboa

N.º telefone: 210063046.

E-mail: geral@ipst.min-saude.pt.

Contacto do Encarregado de Proteção de Dados (EPD/DPO):

ipst.rgpd@ipst.min-saude.pt

Website: www.ipst.pt

Em qualquer dos Centros de Sangue e da Transplantação (Lisboa, Porto ou Coimbra) e demais serviços que integram o IPST,IP, o responsável pelo tratamento dos dados pessoais é sempre o IPST,IP.

2. DADOS PESSOAIS

De acordo como a o RGPD e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, são considerados “dados pessoais” qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, pelo que a proteção não abrange os dados de pessoas coletivas. É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social. *Unai Escobar*

3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O IPST, IP compromete-se a assegurar que os dados pessoais tratados são:

- Objeto de um tratamento lícito, leal e transparente;
- Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas;
- Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário tendo em conta as finalidades para as quais são tratados;
- Exatos e atualizados;
- Conservados de forma a permitir a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- Tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando para o efeito as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

4. CATEGORIA DE DADOS PESSOAIS TRATADOS

O IPST, IP «é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia técnica, administrativa, financeira e património próprio», tendo por missão «garantir e regular, a nível nacional, a actividade da medicina transfusional e de transplantação e garantir a dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento e distribuição de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana», nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro.

São atribuições do IPST, I. P.:

- Coordenar, a nível nacional, a colheita, análise, processamento e transfusão de sangue, bem como a colheita, análise, processamento e transplantação de órgãos, tecidos e células de origem humana;
- Assegurar o funcionamento do Sistema Nacional de Hemovigilância e do Sistema Nacional de Biovigilância, em articulação com as entidades nacionais e internacionais competentes;
- Promover a dádiva de sangue, células, tecidos e órgãos perseguindo a auto-suficiência nacional;
- Instituir, manter um registo e acompanhar a actividade dos serviços de sangue, serviços manipuladores de tecidos e células, e colheita de órgãos;

- Assegurar a realização dos estudos laboratoriais de doentes e dadores necessários à transplantação de órgãos, tecidos e células;
- Manter e gerir o Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical;
- Manter e gerir o banco de tecidos multitecidual, compreendendo a análise, processamento, armazenamento, distribuição, circulação, importação e exportação de tecidos;
- Garantir a disponibilidade de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana, atendendo às necessidades nacionais;
- Autorizar a circulação, importação e exportação de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana, em articulação com a Direcção-Geral da Saúde em matéria de qualidade e segurança;
- Manter o Centro Nacional de Dadores de Células Estaminais de Medula Óssea de Sangue Periférico ou de Cordão Umbilical (CEDACE);
- Manter e gerir um sistema de informação único e integrado para gestão da lista de espera de doentes candidatos a transplantação, selecção do par dador receptor em transplantação, banco de tecidos e rastreabilidade.

Os dados pessoais que o IPST, IP recolhe e trata dependem sempre da natureza da atividade desenvolvida e incluem, nomeadamente:

Dados de identificação

Nome, idade, data de nascimento, sexo, naturalidade, número de documento de identificação e data de validade (cartão de cidadão/bilhete de identidade ou documento equivalente), número de cartão de utente, número de cartão nacional de dador de sangue, de Segurança Social, ou número de Dador.

Dados de contacto

Número de telefone e/ou telemóvel, endereço de correio eletrónico, morada, código postal, localidade.

Dados de saúde

Recolha da história clínica dos dadores no âmbito da triagem clínica que é realizada para efeitos de avaliar a admissibilidade para a dádiva.

5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais tratados pelo IPST, IP são utilizados para as finalidades seguintes:

5.1 Para cumprimento das obrigações legais relativas à dádiva de sangue e componentes sanguíneos, à dádiva colheita e transplantação de órgãos, tecidos e células (de medula óssea, estaminais ou de sangue do cordão), nomeadamente:

- Garantir a qualidade e segurança do sangue e componentes sanguíneos, órgãos, tecidos e células, destinados à aplicação humana;
- Proteger a saúde pública e evitar riscos de transmissão de doenças;
- Elegibilidade dos dadores: os dados pessoais, incluindo dados de saúde, são tratados para efeitos de triagem clínica, avaliação do estado de saúde dos dadores, a fim de avaliar a sua admissibilidade para a dádiva;
- Garantir o consentimento informado da dádiva;
- Inscrição dos titulares dos dados como potenciais dadores no Centro Nacional de Dadores de Células Estaminais de Medula Óssea de Sangue Periférico ou de Cordão Umbilical (CEDACE);
- Para efetuar, a nível nacional e/ou internacional, a pesquisa de dadores CEDACE compatíveis com os doentes com indicação para transplante de células;
- Realizar a tipagem de dadores eventuais e manter atualizado o registo CEDACE;
- Realizar o estudo laboratorial de dadores e dos doentes candidatos a transplantação de órgãos, tecidos e células;
- Proceder à selecção do par dador receptor em transplantação;
- Garantir a existência de um sistema de informação obrigatório que contenha todos os dados necessários para permitir rastrear cada dádiva desde o dador até ao recetor e deste até ao dador;
- Assegurar o funcionamento do Sistema Português de Hemovigilância, e do Sistema Nacional de Biovigilância, tendo em vista a notificação de reações e incidentes adversos graves em caso de ocorrência.

5.2 Para comunicar e gerir a nossa relação com os titulares dos dados: o IPST, IP poderá utilizar os seus dados pessoais para contactá-lo através de diferentes meios de comunicação (carta, telefone, e-mail ou SMS):

- Por motivos relacionados com a sua dádiva (exemplo: comunicação dos resultados das análises da dádiva de sangue);
- Por motivos relacionados com a inscrição no CEDACE;

- Para envio de notificações sobre sessões de dádiva de sangue (quando para tal tiver manifestado o seu consentimento aquando de uma dádiva anterior nos nossos serviços de sangue);
- Por razões administrativas ou operacionais;
- Para responder aos seus pedidos de informação, reclamações, sugestões, que nos tenham sido solicitados ou endereçados.

5.3 Para a prestação de serviços, exemplo: fornecimento de unidades de sangue e componentes sanguíneos; fornecimento e distribuição de tecidos humanos para aplicação terapéutica;

5.4 Atribuição de subsídios a entidades sem fins lucrativos que organizem atividade de colheita de sangue;

5.5 Autorização da circulação/importação ou exportação de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células, em articulação com a Direção-Geral de Saúde em matéria de qualidade e segurança;

5.6 Para efeitos de recrutamento: no âmbito de um processo de recrutamento e seleção de pessoal, poderemos proceder à recolha e tratamento de dados pessoais dos candidatos. Estes dados são aqueles que constam da ficha de candidatura e do Curriculum Vitae, bem como todos os dados que por iniciativa dos candidatos nos sejam facultados.

5.7 Para cumprir outras finalidades ou interesses legítimos do IPST, IP.

6. LEGITIMIDADE PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

No âmbito das suas atividades legítimas, tal como definidas na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro), o IPST, IP procede, de acordo com o princípio da necessidade, à recolha e tratamento de dados pessoais:

- para cumprimento de obrigações legais a que se encontra sujeito nos termos da legislação nacional ou da União Europeia, nomeadamente ao abrigo da alínea i) do artigo 9º do RGPD, por razões de interesse público no domínio da saúde pública, para garantir um elevado nível de qualidade e de segurança do sangue e componentes sanguíneos, órgãos, tecidos e células destinados a aplicação humana, e evitar riscos de transmissão de doenças;
- para execução de contratos nos quais é parte;

- para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo IPST, IP ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Nas situações em que o tratamento de dados pessoais não decorra destes fundamentos jurídicos, será pedido o consentimento explícito do titular dos dados (ex: utilização dos dados pessoais dos dadores de sangue para o envio de notificações sobre sessões de dádiva de sangue).

No momento ou antes da recolha dos dados pessoais os titulares dos dados são informados de acordo com o disposto no RGPD relativamente ao dever de informação.

7. PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

O IPST, IP, apenas conserva os seus dados pessoais durante o período obrigatório para o cumprimento das finalidades para os quais foram tratados, de acordo com os prazos de conservação legalmente previstos.

Não existindo um prazo legal definido os dados serão conservados apenas pelo período considerado necessário, limitado ao mínimo, tendo em conta as finalidades que determinaram a sua recolha.

Findo os prazos de conservação os dados pessoais serão eliminados e/ou apagados de forma segura.

8. COMO CONSERVAMOS E PROTEGEMOS OS SEUS DADOS?

Os seus dados pessoais são armazenados em sistemas informáticos específicos (bases de dados), em função da natureza e das finalidades do tratamento, de acordo com a legislação em vigor, estando os servidores em ambiente seguro, protegidos de acessos não autorizados, uso ou divulgação.

Nos casos em que não é possível a conservação através de meios automatizados os seus dados são guardados em suporte documental, armazenados em local seguro e de acesso condicionado e controlado.

9. MEDIDAS DE SEGURANÇA

Tendo em conta as melhores técnicas disponíveis, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento dos dados, o IPST, IP compromete-se a

utilizar as medidas técnicas e organizativas adequadas para promover um nível de segurança adequado ao risco, em especial para:

- Impedir o acesso de pessoas não autorizadas ao equipamento utilizado para o tratamento («controlo de acesso ao equipamento»);
- Impedir que os suportes de dados sejam lidos, copiados, alterados ou retirados sem autorização («controlo dos suportes de dados»);
- Impedir a introdução não autorizada de dados pessoais, bem como a alteração ou apagamento não autorizados de dados pessoais conservados («controlo da conservação»);
- Impedir que os sistemas de tratamento automatizado sejam utilizados por pessoas não autorizadas («controlo dos utilizadores»);
- Assegurar que as pessoas autorizadas a utilizar um sistema de tratamento automatizado só tenham acesso aos dados pessoais abrangidos pela sua autorização de acesso («controlo do acesso aos dados»);
- Assegurar que possa ser verificado quais os dados pessoais que foram ou podem ser transmitidos utilizando equipamento de comunicação de dados («controlo da comunicação»);
- Assegurar que possa ser verificado e determinado *a posteriori* quais os dados pessoais introduzidos nos sistemas de tratamento automatizado, quando e por quem («controlo da introdução»);
- Impedir que, durante as transferências de dados pessoais ou o transporte de suportes de dados, os dados pessoais possam ser lidos, copiados, alterados ou suprimidos sem autorização («controlo do transporte»);
- Assegurar que os sistemas utilizados possam ser restaurados em caso de interrupção («recuperação»);
- Assegurar que as funções do sistema funcionem, que os erros de funcionamento sejam assinalados (fiabilidade) e que os dados pessoais conservados não possam ser falseados por um disfuncionamento do sistema («integridade»).

O IPST,IP compromete-se, ainda, a aplicar medidas técnicas e organizativas para assegurar que, por defeito, só sejam tratados dados pessoais necessários para cada finalidade específica do tratamento.

Os dados pessoais só podem ser acedidos por um número limitado de profissionais, autorizados para o efeito, os quais independentemente do tipo de vínculo existente estão obrigados ao dever de sigilo ou de confidencialidade.

O dever de sigilo ou de confidencialidade mantem-se em vigor mesmo após a cessação das funções ou dos contratos celebrados.

10. TRANSMISSÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais só serão transmitidos ou facultados a terceiros nos casos e condições previstas na lei.

No âmbito da sua atividade de resposta às necessidades dos doentes, garantir a disponibilidade de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana, o IPST,IP partilha dados pessoais, nomeadamente, com a Direção-Geral de Saúde e instituições/entidades prestadoras de cuidados de saúde na área do sangue, componentes sanguíneos e da transplantação.

Estes dados são necessários para o cumprimento das obrigações legais existentes: garantir a qualidade e segurança desses produtos biológicos; proteger a saúde pública e evitar riscos de transmissão de doenças; garantir a rastreabilidade da dádiva desde o dador até ao recetor e *vice - versa*; assegurar a notificação de reações e incidentes adversos.

Esta partilha pode incluir a transmissão de informações pessoais em caso de intercâmbio de órgãos, circulação de tecidos e células, sangue ou componentes sanguíneos, entre instituições/entidades de outro Estado-Membro, autorizadas a desenvolver atividades neste domínio, e com autoridades competentes congéneres. Porém, tal transmissão de dados é feita de acordo e em cumprimento da legislação da União (diretivas comunitárias), transposta para o ordenamento jurídico nacional dos Estados-Membros, sendo, por isso, efetuada ao abrigo de regras processuais comuns, incluindo no que respeita à proteção de dados pessoais. Estes procedimentos de transmissão de dados são, também, aplicáveis pelo IPST,IP em caso de importação ou exportação de tecidos e células, sangue ou componentes sanguíneos de e para um País terceiro (ex: Reino Unido). Em quaisquer dos casos referidos a transmissão de dados pessoais só é feita quando os destinatários ofereçam um nível adequado de proteção e segurança de dados e restringe-

se ao estritamente necessário tendo em conta as finalidades do tratamento, tal como definidas na lei.

Na sua relação com terceiros o IPST,IP dispõe, também, de acordos/protocolos/contratos escritos, incluindo com fornecedores e/ou prestadores de serviços, que asseguram que o tratamento de dados pessoais só possa ocorrer para os fins neles definidos, estando, os terceiros, proibidos de utilizar, transferir, divulgar ou registar os dados para qualquer outra finalidade.

11. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

De acordo como as disposições do RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, os titulares dos dados tem o direito de acesso, retificação, atualização, limitação e apagamento dos seus dados pessoais (sempre que legalmente aplicável), o direito de oposição à utilização dos mesmos fora do âmbito da respetiva finalidade, bem como o direito à portabilidade dos seus dados.

O IPST,IP garante o respeito pelos direitos dos titulares de dados pessoais, nos termos e com os limites previstos na legislação em vigor em matéria de proteção de dados.

O exercício dos seus direitos poderá ser feito através do endereço eletrónico do Encarregado de Proteção de Dados (EPD/DPO) ipst.rgpd@ipst.min-saude.pt

Os titulares dos dados têm ainda direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) em relação a matérias relacionadas com o exercício dos seus direitos e a proteção dos seus dados pessoais, através da seguinte página web www.cnpd.pt.

12. COOKIES

O *website* do IPST, IP, apenas utiliza *Cookies* necessários para assegurar a funcionalidade principal, que ajudam a tornar o *Website* útil, permitindo funções básicas, como a navegação e o acesso à página. Se desativar estes *Cookies*, a navegação no *website* poderá não ser otimizada e algumas das funcionalidades do *website* poderão não funcionar corretamente.

Caso o IPST,IP venha a utilizar outros *Cookies* com a finalidade de conceder mais serviços, o utilizador será devidamente informado.

13. LINKS PARA OUTROS WEBSITES

O *website* do IPST, IP, disponibiliza *links* para outros *sites* de Internet, nomeadamente de instituições e/ou entidades/organismos de saúde nacionais e Internacionais, não sendo, porém, responsável pelos seus conteúdos, incluindo pela sua política de privacidade, nem assumindo qualquer responsabilidade pela informação disponibilizada pelos mesmos.